

LEI Nº 10.757, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição da República, no § 3º do art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Porto Alegre, para o exercício econômico-financeiro de 2010, compreendendo:

- I – as metas e prioridades do Executivo e Legislativo Municipais;
- II – as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- III – as disposições sobre as alterações da legislação tributária e tarifária do Município;
- IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V – as Metas Fiscais e os Riscos Fiscais; e
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS

Art. 2º As prioridades e metas fiscais do Executivo e Legislativo Municipais para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento, correspondem às ações constantes do Anexo I e Anexo IA, desta Lei.

Parágrafo único. Na definição das prioridades de que trata o “caput” estão consideradas as decisões do Orçamento Participativo eleitas na seguinte ordem:

I – Habitação;

II – Educação;

III – Assistência Social;

IV – Saúde;

V – Pavimentação;

VI – Desenvolvimento Econômico;

VII – Saneamento Básico – DMAE;

VIII – Saneamento Básico – DEP;

IX – Cultura; e

X – Esporte e Lazer; Áreas de Lazer; Iluminação Pública - DIP; Transporte e Circulação; Saneamento Ambiental; Juventude e Acessibilidade e Mobilidade Urbana.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Da Estrutura do Orçamento

Art. 3º Na Lei Orçamentária de 2010, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

I – A Receita é Saúde;

II – Cidade Inovadora;

III – Cidade Integrada;

IV – Cidade Solidária e Participativa;

V – Cresce Porto Alegre;

VI – Gestão Total;

- VII – Lugar da Criança é na Família e na Escola;
- VIII – Mais Recursos, Mais Serviços;
- IX – Porto da Inclusão;
- X – Porto do Futuro;
- XI – Transforma Porto Alegre; e
- XII – Vizinhança Segura.

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I – Tesouro Livre – Administração Direta;
- II – Tesouro Livre – Administração Indireta;
- III – Tesouro – Vinculados pela Constituição – Educação – MDE;
- IV – Tesouro – Vinculados pela Constituição – Saúde;
- V – Tesouro – Vinculados por Lei;
- VI – Tesouro – Contrapartida;
- VII – Tesouro – Contrapartida – PAC;
- VIII – Auxílios e Convênios;
- IX – Operações de Crédito; e
- X – Operações de Crédito – PAC.

Art. 4º A Reserva de Contingência, observado o inc. III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será, na Lei Orçamentária de 2010, no mínimo 1% (um por cento) e no máximo 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida.

Art. 5º Aplica-se, no que couber, o disposto no “caput” do art. 2º e no art. 3º da Lei Federal nº 11.017, de 12 de agosto de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias da União –, para o orçamento de 2010.

Seção II Do Poder Legislativo

Art. 6º As despesas do Poder Legislativo deverão ser discriminadas na forma do disposto no “caput” do art. 3º desta Lei, respeitado o percentual de recursos aludido no art. 29-A da Constituição da República.

Art. 7º Para a consolidação, o Poder Legislativo encaminhará ao Executivo Municipal, até o dia 9 de outubro de 2009, por meio do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária, a sua proposta orçamentária.

Seção III Dos Investimentos

Art. 8º Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, e a programação de novos projetos não poderá ser feita por conta da anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento.

Seção IV Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 9º Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Constituição Federal, art. 165, § 8º, e nos arts. 7º, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, autorizado a abrir, na Lei Orçamentária de 2010, créditos suplementares, como segue:

I – no máximo 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do total da despesa autorizada;

II – para atender a reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes;

III – por conta da Reserva de Contingência;

IV – para atender a despesas relativas a receitas provenientes de operações de crédito e outras receitas vinculadas, bem como a seus rendimentos financeiros que excedam a previsão orçamentária correspondente;

V – para atender a despesas do grupo Outras Despesas Correntes, com características de pessoal e de caráter indenizatório, como diárias, PASEP, vale-refeição, auxílio-refeição, vale-transporte, auxílio-transporte, estagiários, assistência médica aos servidores, auxílio-funeral e despesas com a previdência dos servidores, tais como: inativos, pensionistas, salário-família, auxílio-doença, salário-maternidade, além do previsto no inc. II deste artigo;

VI – para realocar dotações que correspondam a um mesmo programa, a um mesmo grupo de despesa e a uma mesma modalidade de aplicação;

VII – para atender à contrapartida de projetos, que excedam a previsão orçamentária correspondente;

VIII – para atender a serviços da dívida e precatórios judiciais; e

IX – para atender a despesas cujos empenhos forem cancelados no encerramento do exercício de 2009, até o limite dos valores estornados nos respectivos projetos, atividades e operações especiais.

Art. 10. Os créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 11. As modalidades de aplicação de que trata o § 2º do art. 3º poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo ou por quem o mesmo delegar competência, em havendo inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da dotação na modalidade prevista.

Art. 12. As fontes de recursos de que trata o § 3º do art. 3º serão indicativas, podendo ser alteradas consoante as necessidades da execução orçamentária.

Seção V

Das Operações de Crédito por Antecipação de Receitas

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita, oferecendo as garantias usuais necessárias, na forma do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, e dos arts. 38 a 40 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Seção VI

Da Limitação de Empenho

Art. 14. A limitação de empenho e a movimentação financeira aludidas no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, dar-se-ão no contingenciamento orçamentário.

Seção VII

Das Disposições Relativas às Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 15. As despesas obrigatórias de caráter continuado, quando planejadas durante o exercício econômico-financeiro de 2010, serão submetidas à apreciação do Poder Legislativo, acompanhadas dos documentos aludidos no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 16. Para os efeitos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos va-

lores não ultrapassarem os limites a que se refere os incs. I e II e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção VIII

Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 17. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Será publicado, mensalmente, no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA), um relatório do acompanhamento das cotas constantes do cronograma de desembolso mensal de que trata o “caput” deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E TARIFÁRIA

Art. 18. Na estimativa das receitas, serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária e tarifária, especialmente sobre:

I – consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do Município;

II – revisão da legislação tributária, de forma a instituir maior justiça fiscal e a permitir o atendimento das demandas da sociedade;

III – adequação da legislação tributária municipal às eventuais modificações da legislação federal;

IV – modificação dos preços públicos, de forma a aprimorar a prestação dos serviços e a garantir a cobertura dos custos realizados;

V – a concessão de incentivos fiscais ou tributários a empresas, especialmente as micro, pequenas e médias empresas, que estejam sujeitas à competição intermunicipal, que invistam na geração de empregos, que preservem o meio ambiente, que produzam bens e serviços que satisfaçam às necessidades de baixa renda, que incorporem inovações tecnológicas sem prejuízo dos empregos, e que preservem ou recuperem o patrimônio cultural;

VI – o planejamento estratégico implementado no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda;

VII – a modernização e o desenvolvimento de métodos de auditoria fiscal com uso de tecnologia de informação, mediante formação e utilização de bases de dados;

VIII – modernização e automatização do atendimento ao contribuinte; e

IX – acompanhamento dos índices existentes, que são indexadores de tributos, tarifas e multas, e criação de novos índices.

Art. 19. A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada dos documentos aludidos no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 20. A eventual renúncia de receita tributária e tarifária, decorrente de política econômica, institucional ou ambas, será considerada na estimativa da receita para o exercício econômico-financeiro de 2010.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21. No exercício de 2010, as despesas globais com pessoal e encargos sociais deverão obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

Art. 22. Para os efeitos do disposto no art. 122, inc. X, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, condicionados ao disposto no artigo anterior e à lei específica, ficam os Poderes autorizados a proceder:

I – ao preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo, mediante a realização de concurso público e dos cargos em comissão previstos em lei;

II – à criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras;

III – à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

IV – à progressão funcional; e

V – à contratação de hora-extra.

Art. 23. Fica considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando a:

I – valorizar a imagem pública do servidor municipal, ressaltando a função social do seu trabalho e o incentivando permanentemente a contribuir na qualificação e melhoria do serviço público;

II – proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores por meio de programas informativos, educativos e culturais; e

III – melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, à alimentação, à segurança no trabalho e à justa e adequada remuneração.

CAPÍTULO VI DAS METAS FISCAIS E DOS RISCOS FISCAIS

Art. 24. Integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

§ 1º O Anexo de Metas Fiscais de que trata o Anexo II desta Lei, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, conterà:

I – Metas Anuais de Resultado Primário e Nominal;

II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

VII – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;

VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

IX – Metodologias de Cálculos dos Resultados Primário e Nominal, da Receita Consolidada e da Receita Corrente Líquida.

§ 2º O Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Anexo III desta Lei, conterà, nos termos do § 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000), os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. A alocação dos recursos, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo, de acordo com a al. “e” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26. Fica vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e a título de auxílio para entidades privadas cujas condições de funcionamento não forem consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização, de acordo com a al. “f” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 27. O Poder Executivo publicará, no Diário Oficial de Porto Alegre, o texto da Lei Orçamentária, bem como os anexos a que se refere o § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Parágrafo único. A íntegra da Lei Orçamentária, inclusive os anexos que a integram e os que a acompanham, serão divulgados por meio eletrônico, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da promulgação da Lei.

Art. 28. Ficam incluídas e alteradas, no Plano Plurianual 2010-2013, as ações e os atributos constantes dos Anexos I, IA e IV desta Lei, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.741, de 18 de agosto de 2009.

Art. 29. Ficam incluídas e alteradas, no Anexo III da Lei nº 10.741, de 2009 – Plano Plurianual 2010-2013 –, as ações indicativas constantes do Anexo V desta Lei, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.741, de 2009.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 14 de outubro de 2009.

José Fogaça,
Prefeito.

Ilmo José Wilges,
Coordenador-Geral do GPO.

Registre-se e publique-se.

Clóvis Magalhães,
Secretário Municipal de Gestão e
Acompanhamento Estratégico.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I – DE METAS E PRIORIDADES DO EXECUTIVO MUNICIPAL
2010

AÇÕES FINALÍSTICAS

PROGRAMA A RECEITA É SAÚDE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Assistência em Saúde Básica	Equipes implantadas	160	Número acumulado de equipes
Assistência em Saúde Especializada	Implantação de Centros Especializados de Saúde	5	Número acumulado de Centros
Assistência Farmacêutica	Tempo médio de espera	27	Minutos
Cadeira Certa	Pessoas beneficiadas	2600	Número de pessoas
Coordenadoria Geral do Sistema Municipal de Urgências	Número de bases do SAMU	11	Número acumulado de bases
DST/AIDS	Exames solicitados pela rede básica	41000	Número de exames
Hospital de Pronto Socorro da Zona Sul	Projeto elaborado	100	Percentual
Hospital de Pronto Socorro - HPS	Procedimentos ambulatoriais	661500	Número de procedimentos
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas - HMIPV	Procedimentos ambulatoriais	345672	Número de procedimentos
Laboratório Central de Análises Clínicas	Exames de análises clínicas realizados	420000	Número de exames
Lazer e Saúde	Total de pessoas cadastradas	17750	Pessoas
Ouvidoria	Demandas respondidas dentro do prazo	60	Percentual das demandas
Pronto Atendimento	Procedimentos ambulatoriais	716625	Número de procedimentos
Saúde Bucal	Equipes de saúde bucal implantadas	90	Número acumulado de equipes
Saúde da Mulher	Exames de ecografia pélvica, transvaginal e pré-natal ofertados	57750	Número de exames
Serviço de Esterilização de Cães e Gatos	Animais esterilizados	5000	Número de animais
Sistema de Saúde da Restinga	Sistema implantado	20	Percentual acumulado do cronograma
Vigilância em Saúde Epidemiológica	Imunização em campanhas de vacinação de acordo com meta do Ministério da Saúde	75	Percentual médio das metas
Vigilância em Saúde Sanitária	Inspeções sanitárias realizadas	7000	Número de inspeções

PROGRAMA CIDADE INOVADORA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Construção Civil – Inovação e Sustentabilidade Ambiental	Novos materiais	2	Número acumulado de novos materiais
Crescimento Autossustentável de Empresas Inovadoras Locais	Empresa de base tecnológica envolvida	5	Número cumulativo de empresas
Incremento na Produtividade de Empresas de Base Tecnológica	Profissionais capacitados para atuação em empresas de base tecnológica	1000	Número cumulativo de profissionais
Inovação no Campo da Medicina de Alta Complexidade	Introdução de novos produtos	2	Número cumulativo de novos produtos
Inovação no Setor Agropecuário	Visitantes de eventos agropecuários na Cidade	1350000	Número de visitantes
Inovação para Potencializar Atividades de Turismo	Novos serviços turísticos	1	Número cumulativo de novos serviços
Porto Alegre da Excelência em Inovação Tecnológica	Eventos	4	Número cumulativo de eventos

PROGRAMA CIDADE INTEGRADA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Acessibilidade no Transporte	Credenciais expedidas	2000	Número de credenciais
Adequação e Revisão da Sinalização das Vias Estruturadoras	Projetos viários executados	5	Número acumulado de projetos executados
Ampliação da Rede de Água	Rede de água ampliada	40000	Metros acumulados de rede executados
Ampliação da Rede de Esgoto Sanitário	Rede de esgoto ampliada	75030	Metros acumulados de rede executada
Ampliação, Restauração e Manutenção de Unidades Recreativas	Unidades recreativas	10	Número acumulado de unidades recreativas
Arborização em vias públicas	Muda de árvore plantada	10000	Número de mudas de árvores
Água Certa	Abastecimento de água	14500	Número de economias atendidas/ramais regularizados
Caminho dos Antiquários	Realização de feiras	48	Número acumulado de feiras realizadas
Coleta de Lixo	Resíduos sólidos coletados	295004	Toneladas de resíduos sólidos coletados
Comissão Permanente de Atuação em Emergências - COPAE	Famílias socorridas	625	Número de ocorrências
Conservação das Áreas de Preservação Permanente	Áreas de preservação permanente públicas conservadas	8	Número de áreas
Conservação de Vias Urbanas	Vias conservadas	25000	Metro quadrado acumulado de vias conservadas
Construção da Marina Pública do Lami	Marina Pública do Lami construída	1	Marina Pública
Construção de Calçadão na Orla do Guaíba na Vila Assunção	Calçadão finalizado	25	Percentual acumulado de implantação do calçadão
Construção e Pavimentação de Vias	Pavimentação	4	Quilômetros acumulados de pavimentação
Ecopontos	Construção de Ecopontos nos imóveis ofertados	10	Número acumulado de Ecopontos implantados
Educação Ambiental	Educação ambiental	30500	Número acumulado de pessoas participantes das atividades de educação ambiental
Educação Ambiental no Município de Porto Alegre	Participações no processo de educação ambiental	25000	Número acumulado de participações no processo de educação ambiental
Elaboração de Projetos Executivos de Drenagem Urbana	Projetos Executivos	4	Número acumulado de projetos
Fiscalização e Monitoramento das Atividades Publicitárias na Paisagem Urbana	Estabelecimentos fiscalizados	100	Número de atividades
Fundo Municipal de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM	Equipamentos adquiridos	10	Número de equipamentos adquiridos
Gerenciamento do Projeto Copa 2014	Gerenciamento do plano de ações	40	Percentual acumulado do cronograma
Implantação de Novas Áreas Verdes de Acesso Público e Qualificação das existentes	Áreas verdes implantadas ou qualificadas	6	Hectares acumulados de áreas verdes implantadas ou qualificadas
Limpeza Urbana	Meios-fios varridos manualmente	325000	Quilômetros de meios-fios varridos manualmente
Manutenção da Rede de Água	Redes de água recuperadas	25	Percentual acumulado do cronograma
Manutenção na Rede de Esgoto Sanitário	Serviços atendidos em até 24 horas	84	Percentual
Mapa de áreas de risco de Porto Alegre	Estudo elaborado	25	Percentual acumulado de estudo elaborado
Melhoria do Espaço Físico – DMAE	Número de unidades a construir, ampliar ou reformar	4	Número acumulado de unidades construídas, ampliadas ou reformadas
Melhoria do Tratamento de Água	Água distribuída em conformidade com a Portaria 518/04 do Ministério da Saúde	90	Índice de qualidade de água distribuída (mínimo 70)
Melhoria na Infraestrutura de Drenagem	Rede de drenagem urbana executada	10400	Metro acumulado de rede executada
Melhoria nos Sanitários Públicos de Porto Alegre	Sanitários mantidos ou reformados	33	Número de operações de manutenção e reforma em sanitários
Memória da Cidade – FUMPAHC	Prédios restaurados ou recuperados	5	Número acumulado de prédios restaurados ou recuperados
Mercado Público Central – FUNMERCADO	Obras implantadas	25	Percentual acumulado do cronograma

Mobilidade e Acessibilidade no Centro	Obras de mobilidade no Centro	1	Número acumulado de obras
Museu da Imagem e do Som - FUMPAHC	Projeto do museu	25	Percentual acumulado do cronograma
Obras com Acessibilidade	Locais vistoriados	200	Número acumulado de vistorias
Obras Corretivas	Intervenções em pontos críticos	12	Unidade
Obras de Arte	Obras novas e de recuperação de túneis, viadutos e pontes	3	Número acumulado de obras novas e de recuperação de túneis, viadutos e pontes
Orla do Guaíba	Projeto implementado	9	Quilômetros
Plano de Informação ao Usuário de Transporte Público	Informação estática, dinâmica e divulgação ao usuário em terminais/estações/pontos de parada	20	Número de locais com informação ao usuário de transporte público - acumulado
Plano de Sinalização Semafórica	Cruzamentos monitorados	15	Número acumulado de cruzamentos monitorados
Plantio de Árvores Nativas pelo Poder Público Municipal	Plantio de mudas de árvores nativas	10000	Número de mudas plantadas
Projeto Monumenta	Imóveis restaurados	6	Número de prédios
Pró-Dilúvio	Medidas implementadas	12	Unidade
Qualificação da Infraestrutura de Corredores, Estações e Terminais de Transporte Público	Melhorias em estações e/ou terminais de ônibus	15	Número acumulado de estações e/ou terminais de ônibus
Qualificação do Processo de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar	Toneladas de resíduos domiciliares coletadas	26550	Toneladas
Qualificação e Ampliação da Rede de Equipamentos Culturais do Município	Prédios culturais recuperados	2	Número acumulado de prédios recuperados
Qualificação, Manutenção e Recuperação dos Espaços Físicos de Trabalho – SMAM	Prédios administrativos adequados, seguros e qualificados	3	Número de prédios recuperados
Recuperação das Nascentes do Arroio Dilúvio	Plantio de mudas de árvores nativas	30000	Número acumulado de mudas de árvores plantadas
Reforma e manutenção de Prédios Públicos	Reformas ou operações de manutenção em prédios municipais	60	Número acumulado de reformas ou operações de manutenção
Restauração do Patrimônio Artístico - FUMPAHC	Obras restauradas	5	Número acumulado de obras restauradas
Revitalização dos Monumentos da Cidade	Monumentos revitalizados	25	Percentual acumulado do cronograma
Revitalização Paisagística do Centro	Praças reurbanizadas ou revitalizadas	1	Número acumulado de praças reurbanizadas ou revitalizadas
Sinalização e Mobiliário Urbano	Intervenções	30	Número
Transporte Sustentável	Ciclovias construídas	10	Quilômetros acumulados de ciclovias construídas
Trecho ao Acesso Norte do Porto Seco	Pavimentação de via pública	570	Metros acumulados de pavimentação
Vias estruturais	Vias estruturais qualificadas	6,4	Quilômetros acumulados de vias estruturais qualificadas
Zoneamento Ecológico Econômico de Porto Alegre	Estudo elaborado	50	Percentual acumulado de estudo elaborado

PROGRAMA CIDADE SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Expo Shanghai 2010	Participação de Porto Alegre com um estande na Expo Shanghai 2010	368000	Número de visitas ao estande
Fala Porto Alegre – 156	Ligações atendidas	380000	Número de ligações
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNCRIANÇA	Captação de recursos	10,94	Milhões de reais
Gestão Democrática do Planejamento Urbano	Realização de oficinas de planejamento	8	Número acumulado de oficinas
Implantação da Governança Solidária Local	Avaliação externa	10	Percentual de entrevistados que conhecem o programa GSL
Observa POA	Acessos ao site Observa Poa	191593	Número de acessos
Orçamento Participativo	Participação da população nas Plenárias Regionais	11236	Número de participantes

PROGRAMA CRESCE PORTO ALEGRE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Complementação de Renda Familiar para Mulheres	Qualificação (cursos) para reinserção no mercado formal ou informal	4310	Número de mulheres qualificadas
Desenvolvimento do Complexo do Porto Seco	Empresas instaladas	35	Número de empresas (número acumulado)
Emprego Certo - Sistema Nacional de Emprego - SINE	Trabalhadores colocados pelo Sine	3000	Número de trabalhadores
Escola de Turismo de Porto Alegre	Formação e sensibilização turística para profissionais e comunidade	2000	Número de pessoas atendidas
Fiscalização do Comércio Ilegal	Notificações para regularização de atividades econômicas	6000	Número de notificações emitidas
Fomento ao Trabalho de Artesanato	Cursos e feiras realizados	10	Número de cursos e feiras realizados
Geração de Renda Via Coleta Seletiva	Construção de 2 unidades de triagem e manutenção das 16 existentes	17	Número de unidades de triagem construídas e mantidas
Informação Turística – Geração e Distribuição	Projeto de execução do banco de dados	25	Percentual acumulado do cronograma
Linha Turismo	Roteiros turísticos	61000	Fluxo de passageiros
Marketing Turístico	Destino turístico competitivo com visibilidade e identidade reforçada por meio de plano de marketing	100	Percentual dos cronogramas anuais
Oferta Turística - Consolidação, Desenvolvimento e Qualificação	Projetos de infraestrutura turística e programas turísticos qualificados	100	Percentual dos cronogramas anuais
Parque Industrial da Restinga - PIR	Lotes industriais com infraestrutura	61	Número acumulado de lotes comercializados
Porto Alegre Rural – Fomento à Produção e Comercialização	Atendimento às propriedades rurais pelas diversas etapas da ação	800	Número de atendimentos efetivados pelas etapas da ação
Qualificação do Licenciamento Ambiental	Disponibilização de ferramentas para gerenciamento do Sistema	25	Percentual acumulado do cronograma
Qualificação Profissional – PLANTEQ	Ações de qualificação social e profissional	1000	Número acumulado de pessoas qualificadas
Sanidade Animal	Atendimento às propriedades rurais	1500	Propriedades rurais
Serviço de Atenção ao Turista	Atendimento qualificado em informações turísticas	245000	Número de pessoas atendidas
Turismo na Promoção, Apoio e Participação em Eventos	O destino turístico Porto Alegre promovido	15	Número de participação no calendário de eventos

PROGRAMA GESTÃO TOTAL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Apoio à Saúde dos Servidores	Servidores atendidos	700	Número de servidores
Aquisição de Sede – PREVIMPA	Edificação compatível com as necessidades	50	Percentual acumulado do cronograma
Automação de Processos	Automação de processos industriais em saneamento	89	Número de estações de trabalho automatizadas
Capacitação dos Colaboradores pela Universidade Corporativa – UNIDMAE	Certificações em educação corporativa	2500	Número de certificados
Comunicação Institucional	Acessos internos e externos ao site do Portal de Gestão	44500	Número de acessos
Desenvolvimento de Ações Jurídicas e Institucionais	Respostas jurídicas às esferas públicas	93	Percentual de respostas
Formação e Capacitação Profissional	Pessoas capacitadas	2000	Número de pessoas
Gestão da Estratégia	Programas com pontuação média superior a 180 pontos na EGP	6	Número de programas
Gestão de Estrutura, Processos e Informação	Intervenções estruturais na Administração Centralizada	20	Número de decretos
Gestão de Pessoas – SMED	Formações para equipes diretivas	5	Percentual de direções envolvidas
Gestão Total – DMAE	Gestão modernizada utilizando sistema de avaliação do PGQP	500	Número de pontos

Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – DMAE	Implantação do Programa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC	75	Percentual acumulado do cronograma
Implantação do Geoprocessamento	Disponibilização base digital georreferenciada para inserção de informações	20	Percentual acumulado do cronograma
Instituto Federal Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, no Partenon	Obras de infraestrutura realizadas	100	Percentual
Melhoria do Atendimento ao Usuário – DMAE	Satisfação do usuário em pesquisa (índice de 1 a 5)	4,2	Nota de satisfação (máximo 5)
Migração Folha de Pagamento e Registros de Inativos/Pensionistas para Sistema ERGON	Sistema informatizado único e padronizado	90	Percentual acumulado do cronograma
Modernização de Equipamentos de Informática	Projeto de aquisição de equipamentos e sistemas	20	Percentual acumulado do cronograma
Motivação dos Colaboradores	Colaboradores motivados	59	Nota em pesquisa de clima organizacional (máximo 100)
Perícia Médico-Previdenciária do PREVIM-PA	Unidade de trabalho estruturada e em funcionamento	70	Percentual acumulado do cronograma
Programa de Atendimento aos Segurados	Programa de atendimento aos segurados	25	Percentual acumulado do cronograma
Promoção e Alinhamento dos Processos Organizacionais	Processos otimizados com integração dos sistemas de gestão	30	Percentual de sistemas integrados
Qualidade de Vida dos Servidores	Servidores atingidos pelas intervenções	2000	Número de servidores
Reaparelhamento e Modernização – PGM	Programa de informatização de processos e atividades da PGM	60	Percentual acumulado do cronograma
Reestruturação Organizacional – PREVIM-PA	Aprovação e publicação de lei da nova estrutura organizacional	80	Percentual acumulado do cronograma
Revisão do Plano de Carreira do Servidor	Plano de carreira	25	Percentual acumulado do cronograma
Sistema de Capacitação e Reconhecimento	Servidores participantes	250	Número de servidores
Sistema Integrado de Recursos Humanos	Módulos implementados	1	Número acumulado de módulos
Suporte Administrativo e Serviços	Eficiência operacional (intervalo do CE de 0 a 100)	63	Coefficiente de Eficiência (CE)

PROGRAMA LUGAR DA CRIANÇA É NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Abrigagem de Crianças e Adolescentes	Vagas efetivadas na rede de abrigagem	592	Número de vagas efetivadas
Ação Rua	Atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua	2520	Número de atendimentos
Ações de Promoção de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Acolhimento às denúncias de exploração sexual	142	Número de denúncias acolhidas
AECA – Abrindo Espaços na Cidade que Aprende	Participantes nas ações do Abrindo Espaços na Cidade que Aprende	247000	Número de participantes
Alimentação Escolar	Refeições servidas nas escolas da rede municipal de ensino	9900000	Número de refeições
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar – Especial	Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais	5,2	Percentual de crescimento na rede municipal
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar – Fundamental	Alunos da educação fundamental matriculados na rede municipal	49100	Número de matrículas
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar – Infantil	Alunos da educação infantil matriculados nas redes municipal e conveniada	19799	Número de matrículas nas redes
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar – Médio	Alunos concluintes do ensino médio	59	Percentual de alunos concluintes
Atenção à Dependência Química	Pessoas atendidas pelo Programa de Redução de Danos – PRÓ-SAÚDE	11500	Número de pessoas
Atendimento a PCDS e Surdos	Crianças e adolescentes atendidos	3200	Número de atendimentos
Atividades Culturais para Jovens	Jovens participantes	35000	Número de jovens
Atividades Esportivas, Recreativas, de Lazer e Inclusão Social	Crianças, adolescentes e jovens atendidos	500000	Número de atendimentos
Atividades Recreativas para Crianças de 2 a 6 Anos	Crianças de 02 a 06 anos atendidas	2500	Número de crianças atendidas
Bonde da Cidadania	Atendimentos de crianças e adolescentes	3600	Número de atendimentos
Brincalhão	Atendimento ao público infantil na área de recreação	24000	Número de crianças atendidas

Cidade Escola	Escolas que atendem alunos em mais de um turno	49	Número de escolas
Circo da Cultura	Atendimento a crianças e adolescentes na área artística	120	Número de atendidos
Comunidades Terapêuticas	Pessoas atendidas	240	Número de pessoas
Escola Acessível	Propiciar a acessibilidade nas escolas municipais	20	Percentual acumulado de escolas certificadas em acessibilidade
Estratégia Saúde Escolar	Pessoas envolvidas em ações de promoção e prevenção à saúde	110000	Número de pessoas
Formação de Educadores/as Populares	Educadores habilitados	120	Educadores
Formação e Qualificação Pedagógica	Atividade de capacitação (seminários, cursos, eventos e inscrições)	18000	Número de participantes
Prevenção às Drogas	Jovens beneficiados com as ações oferecidas	20000	Número de Jovens
Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre – PIM/PIA	Famílias atendidas	1420	Número de famílias
Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – PEMSE	Adolescentes acolhidos com medidas socioeducativas	1180	Número de adolescentes acolhidos
Projeto Integrado de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas atendidas no Projeto Rede de Proteção – GRANPAL	25000	Número de pessoas
Projovem Adolescente	Jovens participantes das oficinas do Projovem	300	Número de participantes
Projovem Urbano	Jovens matriculados	2000	Número de matrículas
Sentinela	Crianças, adolescente e famílias atendidas	320	Número de atendimentos
Serviço de Apoio Socioeducativo – SASE	Vagas efetivadas no SASE	7805	Número de vagas
Tenda da Juventude	Jovens participantes	25000	Número de jovens
Trabalho Educativo a Adolescentes	Jovens participantes das oficinas do trabalho educativo	1325	Número de participantes
Trabalho para a Juventude	Jovens matriculados	5000	Número de jovens
Violência Não	Jovens atendidos	31000	Número de Jovens
Vou à Escola	Alunos beneficiados com o cartão Vou à Escola	6000	Número de alunos

PROGRAMA MAIS RECURSOS, MAIS SERVIÇOS			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Atualização e Modernização do Cadastro Imobiliário	Implantação do cronograma contratado	60	Percentual acumulado do cronograma
Implantação da CELIC – Central de Licitações e Melhoria dos Procedimentos de Compras e Serviços	Implantação do cronograma do projeto CELIC	25	Percentual acumulado do cronograma
Implantação do SIAT – Sistema Integrado de Administração Tributária	Execução do cronograma de implantação do SIAT	65	Percentual acumulado do cronograma
Incremento da Comercialização	Incremento da arrecadação	2,4	Milhões de reais
Melhoria da Eficiência do Atendimento ao Público – SMF	Índice médio de satisfação do cliente entre bom e ótimo (intervalo 0 a 100%)	88	Percentual de cidadãos satisfeitos
Melhoria da Gestão das Finanças Municipais e Implantação da Controladoria-Geral do Município	Seccionais da controladoria implantadas	3	Número acumulado de seccionais
Melhoria da Gestão do Patrimônio Municipal	Atualização do cadastro de próprios municipais	30	Percentual acumulado de atualização
Melhoria nos Processos de Arrecadação – DMAE	Arrecadação geral	91,3	Percentual do valor arrecadado sobre o total de tarifas lançadas
PROCON Municipal	Atendimentos pessoais realizados na sede do PROCON	37020	Número acumulado de atendimentos
Programa de Redução de Perdas de Água - DMAE	Redução de perdas de água	26	Percentual entre os volumes de água captada menos o tarifado sobre o de água captada
Redução de Inadimplência	Certificados de quitação entregues aos mutuários	600	Número acumulado de certificados
Setorização do Planejamento de Água e de Esgoto Sanitário	Otimização do controle de perdas de água por região por meio da setorização	5000	Número acumulado de ramais

PROGRAMA PORTO DA INCLUSÃO

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Abrigo para Acolhimento e Atendimento a PCDs e Surdos	Atendimento a PCDs e surdos acima de 18 anos	40	Número de pessoas
Aluguel Social	Auxílio financeiro emergencial	80	Número de famílias atendidas
Apoio e Atenção ao Idoso	Oferta de vagas aos idosos	1956	Número de vagas
Artes Plásticas	Pessoas em eventos	50000	Número de participantes
Artes Visuais e Imagens – Incentivo ao Curta	Participantes	14500	Número de participantes
Atelier Livre	Participantes nos eventos	450	Número de participantes
Atendimento à População Adulta	Oferta de vagas à população adulta	845	Número de vagas
Cadastro Único de Programas Sociais	Famílias cadastradas	60000	Número de famílias
Carnaval e Universidade Popular do Carnaval	Participação no evento	210000	Número de participantes
Casas de Emergência	Casas de emergência fornecidas	500	Número acumulado de casas
De Bem com a Vida	Atendimentos a idosos	67067	Número de atendimentos de idosos
Deficiente Produtivo	Pessoas capacitadas	50	Número acumulado de pessoas
Democratização Cultural – FUNCULTURA	Participantes nos eventos	35000	Número de participantes
Descentralização	Participantes nos eventos	35000	Número de participantes
Eventos Alusivos a Pessoas com Deficiência – PCDs	Participantes nos eventos	1500	Número de participantes
Eventos Esportivos e Recreativos	Atendimento de jovens e adultos em eventos esportivos e comemorativos	50000	Número de atendimentos
Família, Apoio e Proteção	Famílias atendidas	65275	Número de atendimentos
Fomento ao Trabalho Continuado em Artes Cênicas	Grupos de artes cênicas participantes	6	Grupos
Fomento à Produção Cultural – FUMPRO-ARTE	Projetos financiados	50	Número acumulado de projetos
Formação de Atletas Olímpicos	Alunos participantes	300	Número de alunos
Fortalecimento dos Programas de Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos	Alunos atendidos nos Programas Movimento de Alfabetização – MOVA – e Brasil	495	Número de alunos
Imagens – FUMPACH	Participantes nos eventos	30000	Número de participantes
Imagens – FUNCULTURA	Participantes nos eventos	55000	Número de participantes
Incentivo ao Cooperativismo	Famílias beneficiadas com infraestrutura	3881	Número acumulado de famílias beneficiadas
Livro e Literatura	Participantes nos eventos	15000	Número de participantes
Mais Cultura na Cidade	Participantes em projetos e eventos	1300000	Número de participantes
Multiplicando Conceito – Política e Cidadania	Pessoas capacitadas	50	Número acumulado de pessoas
Música	Participantes nos eventos	50000	Número de participantes
Nativismo e Manifestações Populares	Participantes nos eventos	35000	Número de participantes
Plano Nacional Setorial de Qualificação – PLANSEQ	Beneficiários qualificados do bolsa família	1523	Número de beneficiários qualificados
Porto Alegre em Cena	Espectáculos teatrais	55	Número de espetáculos
Programa de Reassentamento	Unidades habitacionais entregues	209	Número acumulado de unidades
Programa de Regularização Urbanística, Ambiental e Fundiária – PRF	Famílias atendidas em regularização urbanística e fundiária	644	Número acumulado de famílias atendidas
Projeto de Inclusão Digital – Programa Telecentros	Usuários Capacitados	60000	Número de pessoas
Projeto na Correria	Jovens atendidos	150	Jovens
Promoção da Igualdade Racial - Coletivos, Negros, Indígenas e Quilombolas	Seminários, oficinas, cursos, semanas comemorativas, campanhas, feiras, festas e publicações	19	Número de atividades promovidas
Promoção da Inclusão Produtiva	Pessoas capacitadas	100	Número acumulado de pessoas
Qualificação Profissional de Cidadãos de Baixa Renda nos Moldes do PETC	Cursos realizados	36	Número acumulado de cursos realizados
Rádios Comunitárias	Rádios implantadas	5	Número de rádios implantadas
Regularização Fundiária Judicial	Lotes encaminhados para registro	700	Número de lotes

Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SANS	Pessoas que acessam a política de SANS	17000	Número acumulado de pessoas
Semana de POA	Participantes nos eventos	36000	Número de participantes
Semana do Conjunto Habitacional Rubem Berta	Evento realizado	1	Evento
Sistema de Controle de Dados Habitacionais	Sistema implantado	25	Percentual acumulado do cronograma
Sistema Integrado de Inclusão da Pessoa com Deficiência	Adesões ao sistema	12	Número acumulado de adesões ao sistema
Teatro Aberto	Participantes nos eventos	15000	Número de participantes
Unidade de Dança	Pessoas participantes dos projetos	300	Número de pessoas
Usina do Gasômetro	Participantes nos eventos	100000	Número de participantes

PROGRAMA PORTO DO FUTURO			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Código Municipal do Meio Ambiente	Código finalizado	100	Percentual acumulado do cronograma
Detalhamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA	Planos, projetos e regulamentações finalizados	3	Número acumulado de planos, projetos e regulamentações
Mapeamento dos Prédios Abandonados	Mapeamento finalizado	100	Percentual elaborado
Plano de Manejo de Unidades de Conservação	Planos finalizados	30	Percentual acumulado do cronograma
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Plano finalizado	60	Percentual acumulado do cronograma
Plano Diretor Setorial de Transportes	Plano diretor finalizado	30	Percentual acumulado de atualização
Plano Energético Municipal	Plano energético finalizado	50	Percentual acumulado de elaboração do Plano
Projeto de Implementação do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano - SA-DUR	Indicadores e metodologia de análise e avaliação dos mesmos	10	Percentual acumulado da elaboração
Projeto Ecoparque	Estudo básico do Projeto Ecoparque	7	Percentual acumulado de elaboração do estudo

PROGRAMA TRANSFORMA PORTO ALEGRE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Ações de Políticas Sociais	Intervenção para melhoria do atendimento das políticas sociais	2	Número de eventos
Administração e Gestão junto às Agências Multilaterais de Crédito	Tempo médio de atendimento	30	Número de dias
Ampliação do Sistema Priorizado de Transporte Público – BRT	Plano implantado	25	Percentual acumulado de implantação
Geração de Trabalho e Renda na Área do Socioambiental	Profissionais capacitados	250	Número de pessoas
Geração de Trabalho e Renda na Entrada da Cidade	Profissionais capacitados	250	Número de pessoas
Habitação de Interesse Social na Área do Socioambiental	Unidades habitacionais entregues	300	Número acumulado de unidades habitacionais
Implantação de Equipamentos Públicos na Área do Socioambiental	Áreas implantadas	30	Percentual acumulado do cronograma
Implantação de Novas Áreas Verdes do Programa de Aceleração do Crescimento	Áreas implantadas	1	Número acumulado de áreas
Implantação de Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos	Unidade de triagem em operação	1	Número de unidades de triagem
Intervenções de Urbanização na Entrada da Cidade	Unidades habitacionais entregues	855	Número acumulado de unidades habitacionais
Melhoria da Qualidade das Águas – Sistema de Esgoto Sanitário	Implantação de rede	1000	Metros acumulados
Melhoria do Tratamento de Esgoto Sanitário	Efluentes das estações de tratamento de esgoto conforme LO (Licença de Operação)	1	Coefficiente de redução percentual de coliforme total
Mobilização e Organização Comunitária	Rede social organizada	10	Número de entidades participantes

Obras do Projeto de Contenção Contra as Cheias no Sistema Cavalhada	Implantação de rede	649	Metros acumulados
Obras Habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento	Unidades habitacionais entregues	1081	Número acumulado de unidades habitacionais
Obras Viárias da Entrada da Cidade	Construção e pavimentação de vias	2725	Metros
Plano Básico de Gestão Ambiental Urbana	Intervenções ambientais	30	Percentual acumulado de implantação
Preparação de Projetos com Recursos Financeiros Externos	Contratos efetivados	50	Número de contratos
Qualificação da Iluminação Pública	Ponto de iluminação eficientizado	35500	Pontos de iluminação pública
Recuperação, Melhoria e Manutenção de Áreas de Lazer Existentes na Entrada da Cidade	Áreas recuperadas	27	Número de áreas
Saneamento para Todos	Implantação de rede de drenagem pluvial	12458	Metros acumulados
Tratamento Paisagístico de Novas Áreas Verdes na Entrada da Cidade	Áreas implantadas	1	Número de áreas

PROGRAMA VIZINHANÇA SEGURA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Ambiente Seguro	Redução das Ocorrências em Praças e Parques Atendidos	10	Tempo de permanência da Guarda Municipal (horas por dia)
Atendimento à Defesa Civil	Pronto atendimento à população atingida	20	Número de horas para o atendimento
Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal	Guardas municipais formados e qualificados	400	Número de guardas municipais
Centro de Referência às Vítimas de Violência – CRVV	Acolhimento, encaminhamento, palestras, seminários e oficinas	960	Número de atendimentos
Conservação e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	Ponto de iluminação conservado	26000	Pontos de iluminação pública no ano
Cooperação com as Polícias – Relações Institucionais	Atuação integrada de sistema, rádio comunicação e banco de dados	15	Percentual acumulado do cronograma
Modernização da Guarda Municipal	Renovação, acréscimo e melhoria dos equipamentos e itens de segurança	20	Percentual acumulado do cronograma
Prevenção à Violência e Defesa dos Direitos Humanos	Cursos, palestras, seminários, conferências, oficinas e demais atividades	17	Número de eventos
Qualificação da Manutenção dos Parques, Praças e Jardins da Cidade	Praças e parques conservados	6500	Número de manutenções

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IA – DE METAS E PRIORIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
2010

AÇÕES FINALÍSTICAS

PROGRAMA CÂMARA MUNICIPAL			
NOME AÇÃO	PRODUTO	META	UNIDADE DE MEDIDA
Atividade Legislativa	Ações legislativas e administrativas	100	Percentual
Atividades Culturais	Ações de incentivo à atividade cultural	100	Percentual
Auxílio-Alimentação	Ação administrativa	100	Percentual
Benefícios Assistenciais	Ação administrativa	100	Percentual
Concurso Sioma Brêitman de Fotografia	Ações de caráter artístico	100	Percentual
Continuidade das Obras do Palácio Aloísio Filho	Ações de planejamento	100	Percentual
Convênio com a UFRGS/FABICO para a Catalogação e Inserção de Dados em Sistema Informatizado	Ação administrativa	100	Percentual
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções, Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Legislativo Municipal.	Ação administrativa	100	Percentual
Escola do Legislativo	Ações da área de ensino	100	Percentual
Fórum Democrático de Desenvolvimento Municipal	Ação legislativa	100	Percentual
Implantação do Estúdio de Sonorização, incluindo os Equipamentos Necessários	Ações legislativas	100	Percentual
Obrigações Patronais	Ação administrativa	100	Percentual
Obrigações Patronais - Previmpa	Ação administrativa	100	Percentual
Outros Benefícios Assistenciais	Ação administrativa	100	Percentual
Processamento de Dados	Ação administrativa	100	Percentual
Publicidade	Ação administrativa	100	Percentual
Salão de Artes Plásticas	Ações de caráter artístico	100	Percentual
Semana da Consciência Negra	Ações de incentivo à atividade cultural	100	Percentual
Substituição e Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário das Repartições da Câmara Municipal	Ações de organização, modernização e renovação de bens	100	Percentual
Vale-Transporte	Ação administrativa	100	Percentual

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
2010

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	VALOR CORRENTE (A)	VALOR CONSTANTE	% PIB(A)	VALOR CORRENTE (B)	VALOR CONSTANTE	% PIB(B)	VALOR CORRENTE (C)	VALOR CONSTANTE	% PIB(C)
Receita Total	3.645.357.702	3.494.734.639	1,612	3.750.946.080	3.444.406.317	1,512	3.798.383.532	3.340.004.811	1,395
Receitas Não-Financeiras (I)	3.343.013.468	3.204.883.010	1,478	3.501.495.020	3.215.341.226	1,411	3.640.212.884	3.200.921.772	1,337
Despesa Total	3.645.357.702	3.494.734.639	1,612	3.750.946.079	3.444.406.317	1,512	3.798.383.532	3.340.004.811	1,395
Despesas Não-Financeiras(II)	3.343.010.170	3.204.879.848	1,478	3.501.480.329	3.215.327.736	1,411	3.526.937.377	3.101.316.049	1,295
Resultado Primário (I-II)	3.298	3.162	0,000	14.691	13.490	0,000	113.275.507	99.605.723	0,042
Resultado Nominal	47.735.104	45.762.730	0,021	-2.470.280	-2.470.280	-0,001	-6.868.445	-6.868.445	-0,003
Dívida Pública Consolidada	784.417.184	752.005.737	0,347	929.046.904	929.046.904	0,374	985.078.459	985.078.459	0,362
Dívida Consolidada Líquida	386.717.184	370.738.361	0,171	384.246.904	384.246.904	0,155	377.378.459	377.378.459	0,139

Nota:

Variável	2010	2011	2012
Projeção do PIB/RS-	226.140.820.000	248.133.010.000	272.263.940.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2010

As metas fiscais para o exercício de 2008 foram aprovadas pela Lei Municipal nº 10.270, de 11 de outubro de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A Tabela 1, a seguir, apresenta a comparação das metas fiscais previstas com as realizadas.

TABELA 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2008

R\$ 1,00

Especificação	I - Metas Previstas em 2008 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas em 2008 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (b) - (a)	% (b) / (a) x 100
Receita Total	2.709.511.304	0,014	2.956.978.121	0,01528	247.466.817	9,13
Receitas Primárias (I)	2.579.481.660	0,014	2.873.586.720	0,01485	294.105.060	11,40
Despesa Total	2.709.511.304	0,014	2.783.530.295	0,01439	74.018.991	2,73
Despesas Primárias (II)	2.578.653.303	0,014	2.686.412.877	0,01388	107.759.574	4,18
Resultado Primário (III) = (I - II)	828.357	0,000	187.173.843	0,00097	186.345.486	22.495,79
Resultado Nominal	-12.280.695	0,000	-70.488.505	-0,00036	-58.207.810	473,98
Dívida Pública Consolidada	745.500.031	0,004	590.249.566	0,00305	-155.250.465	-20,83
Dívida Consolidada Líquida	563.997.217	0,003	247.332.817	0,00128	-316.664.400	-56,15

Fonte: Metas Previstas - LDO

Metas Realizadas - Balanço Consolidado Exercício 2008

Nota: PIB Estadual para 2008

Especificação	Valor - R\$ 1,00
Previsão do PIB Estadual para 2008	187.962.000.000
Valor efetivo(projetado) do PIB Estadual para 2008	193.485.420.000

1. Receita Total

Por Receita Total entende-se o somatório das receitas oriundas de impostos, taxas, contribuições, repasses federais e estaduais constitucionais e voluntários, operações de crédito, alienação de bens, etc, ou seja, todas as entradas financeiras que aumentam o saldo do patrimônio financeiro.

A Tabela 2, a seguir, mostra um comparativo das Receitas Previstas com as Realizadas.

TABELA 2 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00

Especificação	Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Correntes	2.512.473.261	2.863.979.250	351.505.989	13,99
Receitas Tributárias	847.152.817	945.671.844	98.519.027	11,63
IPTU	208.910.297	242.748.390	33.838.093	16,20
ISS	351.586.872	382.864.481	31.277.609	8,90
ITBI	110.145.044	125.996.893	15.851.849	14,39
IRRF	104.448.215	112.095.642	7.647.427	7,32
TAXAS	72.062.389	81.966.438	9.904.049	13,74
Receitas de Contribuições	119.470.918	114.160.563	-5.310.355	-4,44
Receita Patrimonial	28.782.767	56.749.468	27.966.701	97,16
Receita Agropecuária	1.117	529	-589	-52,69
Receitas de Serviços	338.832.783	336.666.770	-2.166.013	-0,64
Transferências Correntes	1.065.556.802	1.265.248.122	199.691.320	18,74
FPM	83.383.553	133.773.591	50.390.038	60,43
ICMS	334.475.875	438.118.355	103.642.480	30,99
IPVA	113.044.302	123.975.917	10.931.615	9,67
Outras Transferências Correntes	534.653.072	569.380.259	34.727.187	6,50
Outras Receitas Correntes	112.676.057	145.481.954	32.805.897	29,12
Receitas de Capital	115.313.664	36.820.334	-78.493.330	-68,07
Operações de Crédito	102.961.551	25.560.784	-77.400.767	-75,17
Alienação de Bens	8.785.612	9.699.451	913.839	10,40
Amortização de Empréstimos	2.340.996	1.560.099	-780.897	-33,36
Transferências de Capital	52.579	0	-52.579	-100,00
Outras Receitas de Capital	1.172.926	0	-1.172.926	-100,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	176.574.095	179.923.670	3.349.575	1,90
(-) Deduções p/ formação FUNDEB	-94.849.716	-123.745.134	-28.895.418	30,46
Total	2.709.511.304	2.956.978.121	247.466.817	9,13

Fonte: Receitas Previstas - LDO/2008

Receitas Realizadas - Balanço Consolidado 2008

A Receita Total prevista foi de R\$ 2.709.511.304,00 (dois bilhões, setecentos e nove milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e quatro reais), enquanto a Receita Realizada foi de R\$ 2.956.978.121,00 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, cento e vinte e um reais), representando uma diferença de R\$ 247.466.817,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e dezessete reais), correspondendo a uma variação positiva 9,13% (nove inteiros e treze centésimos por cento).

As Receitas Correntes foram previstas em R\$ 2.512.473.261,00 (dois bilhões, quinhentos e doze milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais), sendo que as Receitas Correntes realizadas atingiram o montante de R\$ 2.863.979.250,00 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais), apresentando uma diferença de R\$ 351.505.989,00, (trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais), correspondendo a uma variação positiva de 13,99% (treze inteiros e noventa e nove centésimos por cento).

As Receitas Tributárias tiveram uma variação positiva de 11,63% (onze inteiros e sessenta e três centésimos por cento) acima da previsão, com desta-

que para o crescimento da arrecadação do IPTU e ITBI, de, respectivamente, 16,20% (dezesesseis inteiros e vinte centésimos por cento) e 14,39% (quatorze inteiros e trinta e nove centésimos por cento). Já as Transferências Correntes aumentaram 18,74% (dezoito inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) acima da previsão, com destaque para o crescimento da arrecadação do FPM e ICMS, de, respectivamente, 60,43% (sessenta inteiros e quarenta e três centésimos por cento) e 30,99% (trinta inteiros e noventa e nove centésimos por cento).

As Receitas de Capital apresentaram uma diferença entre a previsão e a arrecadação. A diferença corresponde a uma variação negativa de 68,07% (sessenta e oito inteiros e sete centésimos por cento), com destaque para as Operações de Crédito, cuja estimativa foi de R\$ 102.961.551,00 (cento e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais), para um ingresso de R\$ 25.560.784,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais), correspondendo a um decréscimo de 75,17% (setenta e cinco inteiros e dezessete centésimos por cento).

2. Receita Primária

O conceito de Receita Primária desconsidera as aplicações financeiras, as operações de crédito, as alienações de ativos e amortizações de empréstimos recebidos.

A Tabela 3, a seguir, apresenta o Comparativo das Receitas Primárias Previstas com as Realizadas.

**TABELA 3 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PREVISTAS
COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008**

Especificação	Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Correntes	2.496.531.776	2.817.408.184	320.876.408	12,85
Receitas Tributárias	847.152.817	945.671.844	98.519.027	11,63
IPTU	208.910.297	242.748.390	33.838.093	16,20
ISS	351.586.872	382.864.481	31.277.609	8,90
ITBI	110.145.044	125.996.893	15.851.849	14,39
IRRF	104.448.215	112.095.642	7.647.427	7,32
TAXAS	72.062.389	81.966.438	9.904.049	13,74
Receitas de Contribuições	119.470.918	114.160.563	-5.310.355	-4,44
Receita Patrimonial	12.841.282	10.178.402	-2.662.880	-20,74
Receita Agropecuária	1.117	529	-589	-52,69
Receitas de Serviços	338.832.783	336.666.770	-2.166.013	-0,64
Transferências Correntes	1.065.556.802	1.265.248.122	199.691.320	18,74
FPM	83.383.553	133.773.591	50.390.038	60,43
ICMS	334.475.875	438.118.355	103.642.480	30,99
IPVA	113.044.302	123.975.917	10.931.615	9,67
Outras Transferências Correntes	534.653.072	569.380.259	34.727.187	6,50
Outras Receitas Correntes	112.676.057	145.481.954	32.805.897	29,12
Receitas de Capital	1.225.505	0	-1.225.505	-100
Transferências de Capital	52.579	0	-52.579	-100,00
Outras Receitas de Capital	1.172.926	0	-1.172.926	-100,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	176.574.095	179.923.670	3.349.575	1,90
(-) Deduções p/ formação FUNDEB	-94.849.716	-123.745.134	-28.895.418	30,46
Total	2.579.481.660	2.873.586.720	294.105.060	11,40

Fonte: Receitas Previstas - LDO/2008

Receitas Realizadas - Balanço Consolidado 2008

A Receita Primária prevista foi de R\$ 2.579.481.660,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscientos e sessenta reais), enquanto a Receita Primária realizada foi de R\$ 2.873.586.720,00 (dois bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte reais), resultando em uma diferença de R\$ 294.105.060,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, cento e cinco mil e sessenta reais), correspondendo a uma variação positiva de 11,40% (onze inteiros e quarenta centésimos por cento).

3. Despesa Total

Por Despesa Total entende-se o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, investimentos, etc., ou seja, todas as saídas financeiras que modificam o saldo do patrimônio financeiro.

A Tabela 4, a seguir, demonstra um comparativo das Despesas Previstas com as Realizadas.

TABELA 4 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00				
Especificação	Despesas Previstas	Despesas Realizadas	Diferenças	Variações %
DESPESAS CORRENTES	2.294.837.482	2.515.659.166	220.821.684	9,62
Pessoal e Encargos Sociais	977.325.432	1.051.959.785	74.634.353	7,64
Juros e Encargos da Dívida	42.952.000	26.766.930	-16.185.070	-37,68
Outras Despesas Correntes	1.274.560.050	1.436.932.451	162.372.401	12,74
DESPESAS CAPITAL	358.867.130	267.871.129	-90.996.001	-25,36
Investimentos	270.951.130	147.513.449	-123.437.681	-45,56
Inversões Financeiras	10.000	50.007.191	49.997.191	499.971,91
Amortização da Dívida	87.906.000	70.350.488	-17.555.512	-19,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.532.950		-33.532.950	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	22.273.742		-22.273.742	-
TOTAL	2.709.511.304	2.783.530.295	74.018.991	2,73

Fonte: Despesas Previstas - LDO 2008

Despesas Realizadas - Balanço Consolidado 2008

A Despesa Total prevista foi de R\$ 2.709.511.304,00 (dois bilhões, setecentos e nove milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e quatro reais), enquanto a Despesa Realizada foi de R\$ 2.783.530.295,00 (dois bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, quinhentos e trinta mil, duzentos e noventa e cinco reais), representando uma diferença de R\$ 74.018.991,00 (setenta e quatro milhões, dezoito mil, novecentos e noventa e um reais), correspondendo a uma variação positiva de 2,73% (dois inteiros e setenta e três centésimos por cento). A diferença a menor nos investimento decorre basicamente pelo não-ingresso das Operações de Crédito previstas.

As Despesas Correntes foram previstas em R\$ 2.294.837.482,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), sendo que as Despesas Correntes Realizadas atingiram o montante de R\$ 2.515.659.166,00 (dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais), apresentando uma diferença de R\$ 220.821.684,00 (duzentos e vinte milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), correspondendo a uma variação positiva de 9,62% (nove inteiros e sessenta e dois centésimos por cento). Já as Despesas de Capital apresentaram uma variação negativa de 25,36% (vinte e cinco inteiros e trinta e seis centésimos por cento).

4. Despesa Primária

O conceito de Despesa Primária desconsidera, nas despesas, os juros e amortização da dívida.

A Tabela 5, a seguir, apresenta o Comparativo das Despesas Primárias Previstas com as Realizadas.

Tabela 5 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00

Especificação	Despesas Primárias Previstas	Despesas Primárias Realizadas	Diferenças	Variações %
DESPESAS CORRENTES	2.251.885.481	2.488.892.237	237.006.756	10,52
Pessoal e Encargos Sociais	977.325.432	1.453.333.655	476.008.223	48,71
Outras Despesas Correntes	1.274.560.049	1.035.558.582	-239.001.467	-18,75
DESPESAS CAPITAL	270.961.130	197.520.640	-73.440.490	-27,10
Investimentos	270.951.130	147.513.449	-123.437.681	-45,56
Inversões Financeiras	10.000	50.007.191	-11.000	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.532.950	-	-33.532.950	-
RESERVA DO RPPS	22.273.742	-	-22.273.742	-
TOTAL	2.578.653.303	2.686.412.877	107.759.574	4,18

Fonte: Despesas Previstas - LDO 2008

Despesas Realizadas - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2008

A Despesa Primária prevista foi de R\$ 2.578.653.303,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e três reais), enquanto a Despesa Primária Realizada foi de R\$ 2.686.412.877,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e setenta e sete reais), resultando numa variação positiva de R\$ 107.759.574,00 (cento e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais), correspondendo a uma variação positiva de 4,18% (quatro inteiros e dezoito centésimos por cento).

5. Resultado Primário

Indicará se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A Tabela 6, a seguir, apresenta o Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário.

**TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO
NO EXERCÍCIO DE 2008**

R\$ 1,00				
Especificação	Previstas	Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Primárias	2.579.481.660	2.873.586.720	294.105.060	11,40
Despesas Primárias	2.578.653.303	2.686.412.877	107.759.574	4,18
Resultado Primário	828.357	187.173.843	186.345.486	22.495,79

Fonte: Despesas Previstas - LDO 2008

Despesas Realizadas - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2008

Comparando o Resultado Primário previsto de R\$ 828.357,00 (oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais) com o Resultado Primário realizado de R\$ 187.173.843,00 (cento e oitenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais), observa-se um incremento de R\$ 186.345.486,00, (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), correspondendo a uma variação positiva de 22.495,79% (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento).

A Tabela 7, a seguir, mostra o histórico do Resultado Primário no período 2004/2008.

**TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DO HISTÓRICO DO RESULTADO PRIMÁRIO
NO PERÍODO 2004/2008**

Preços correntes R\$	
Exercício	Resultado Primário
2004	-80.722.000
2005	87.488.598
2006	93.064.895
2007	56.033.713
2008	187.173.843

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária

6. Resultado Nominal

Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

A Tabela 8, a seguir, expõe o Demonstrativo da Apuração do Resultado Nominal.

**TABELA 8 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL
NO EXERCÍCIO DE 2008**

R\$ 1,00

Especificação	Saldo	
	Em 31/12/2007	Em 31/12/2008
Dívida Consolidada(I)	545.425.387	590.249.566
Deduções(II)	227.604.065	342.916.749
Disponível	233.993.501	363.275.481
Haveres Financeiros	48.142.416	20.705.101
(-) Restos a Pagar Processados	54.531.852	41.063.833
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I - II)	317.821.322	247.332.817
Receita de Privatizações(IV)		
Passivos Reconhecidos(V)		
Dívida Fiscal Líquida(III + IV - V)	317.821.322	247.332.817
Resultado Nominal	-113.009.679	-70.488.505

Discriminação	Valor
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (I)	-12.280.695
Resultado Nominal (II)	-70.488.505
Diferença (III) = (II) - (I)	-58.207.810

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2008

Nota: Incluído R\$ 32.129.592,48 na Dívida Consolidada referente a Precatórios Posteriores a 05.05.2000.

O Resultado Nominal realizado superou o previsto. Enquanto se previa um Resultado Nominal negativo de R\$ 12.280.695,00 (doze milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e noventa e cinco reais) este, na execução, atingiu um Resultado Nominal negativo de R\$ 70.488.505,00 (setenta milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinco reais), apresentando uma variação negativa de R\$ 58.207.810,00 (cinquenta e oito milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e dez reais).

7. Dívida Pública Consolidada

É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

- das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;

- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Tabela 9, a seguir, mostra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada Estimada com a Realizada.

TABELA 9 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ESTIMADA COM A REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00				
Especificação	Estimada	Realizada	Diferença	Varição %
Dívida Pública Consolidada	745.500.031	590.249.566	-155.250.465	-20,83

Fonte: Estimada - LDO 2008

Realizada - Balanço Consolidado 2008

A Dívida Pública Consolidada Estimada foi de R\$ 745.500.031,00 (setecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos mil e trinta e um reais), enquanto a realizada foi de R\$ 590.249.566,00 (quinhentos e noventa milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais), resultando numa diferença negativa de R\$ 155.250.465,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), correspondendo a uma variação negativa de 20,83% (vinte inteiros e oitenta e três centésimos por cento).

A Tabela 10, a seguir, demonstra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada com a Receita Arrecadada no período 2004/2008.

TABELA 10 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA COM A RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO 2004/2008

Preços Correntes R\$			
Ano	Dívida Pública Consolidada	Receita Arrecadada	Percentual (%)
2004	582.395.883	1.912.710.779	30,45
2005	609.705.647	2.029.967.770	30,04
2006	576.463.748	2.177.530.454	26,47
2007	545.425.387	2.614.997.835	20,86
2008	590.249.566	2.956.978.121	19,96

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária

8. Dívida Consolidada Líquida

Corresponde à Dívida Pública Consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

A Tabela 11, a seguir, mostra um comparativo da Dívida Consolidada Líquida Estimada com a Realizada:

Tabela 11 – COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ESTIMADA COM A REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2008

R\$ 1,00

Especificação	Dívida Consolidada Líquida Estimada	Dívida Consolidada Líquida Realizada	Diferença	Variação %
Dívida Consolidada(I)	745.500.031	590.249.566	-155.250.465	-20,83
Deduções(II)	181.502.814	342.916.749	161.413.935	88,93
Disponível	197.201.137	363.275.481	166.074.344	84,22
Haveres Financeiros	43.273.983	20.705.101	-22.568.882	-52,15
(-) Restos a Pagar Processados	58.972.306	41.063.833	-17.908.473	-30,37
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	563.997.217	247.332.817	-316.664.400	-56,15

Fonte: Dívida Consolidada Líquida Estimada - LDO 2008

Dívida Consolidada Líquida Realizada - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2008

A Dívida Consolidada Líquida Estimada foi de R\$ 563.997.217,00 (quinhentos e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e dezessete reais), enquanto a Dívida Consolidada Líquida Realizada foi de R\$ 247.332.817,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e dezessete reais), resultando numa diferença negativa de R\$ 316.664.400,00 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), correspondendo a uma variação negativa de 56,15% (cinquenta e seis inteiros e quinze centésimos por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	2.614.997.835	2.956.978.121	13,08	3.073.088.269	3,93	3.645.357.702	18,62	3.750.946.080	2,90	3.798.383.532	1,26
Receitas Primárias (I)	2.543.419.524	2.873.586.720	12,98	2.933.737.734	2,09	3.343.013.468	13,95	3.501.495.020	4,74	3.640.212.884	3,96
Despesa Total	2.579.424.964	2.783.530.295	7,91	3.073.088.269	10,40	3.645.357.702	18,62	3.750.946.079	2,90	3.798.383.532	1,26
Despesas Primárias (II)	2.487.385.811	2.686.412.877	8,00	2.932.933.680	9,18	3.343.010.170	13,98	3.501.480.329	4,74	3.526.937.377	0,73
Resultado Primário (III) = (I-II)	56.033.713	187.173.843	-234,04	804.054	-99,57	3.298	-99,59	14.691	345,42	113.275.507	770967,41
Resultado Nominal	-113.009.579	-70.488.505	-37,63	-7.939.355	88,74	47.735.104	701,25	-2.470.280	-105	-6.868.445	-178,04
Dívida Pública Consolidada	545.425.387	590.249.566	8,22	775.366.905	31,36	784.417.184	1,17	929.046.904	18,44	985.078.459	6,03
Dívida Consolidada Líquida	317.821.322	247.332.817	-22,18	556.057.862	124,82	386.717.184	-30,45	384.246.904	-0,64	377.378.459	-1,79

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Receita Total	2.769.282.707	3.237.742.366	16,92	3.073.088.269	-5,09	3.494.734.639	13,72	3.444.406.317	-1,44	3.340.004.811	-3,03
Receitas Primárias (I)	2.693.481.276	3.146.432.974	16,82	2.933.737.734	-6,76	3.204.883.010	9,24	3.215.341.226	0,33	3.200.921.772	-0,45
Despesa Total	2.731.611.037	3.047.825.717	11,58	3.073.088.269	0,83	3.494.734.639	13,72	3.444.406.317	-1,44	3.340.004.811	-3,03
Despesas Primárias (II)	2.634.141.574	2.941.487.027	11,67	2.932.933.680	-0,29	3.204.879.848	9,27	3.215.327.736	0,33	3.101.316.049	-3,55
Resultado Primário (III) = (I-II)	59.339.702	204.945.947	-245,38	804.054	-99,61	3.162	-99,61	13.490	326,65	99.605.723	738.258,14
Resultado Nominal	-119.677.144	-77.181.369	-35,51	-7.939.355	89,71	45.762.730	-676,40	-2.470.280	-105,40	-6.868.445	-178,04
Dívida Pública Consolidada	577.605.485	646.293.597	11,89	775.366.905	19,97	752.005.737	-3,01	929.046.904	23,54	985.078.459	6,03
Dívida Consolidada Líquida	336.572.780	270.816.999	-19,54	556.057.862	105,33	370.738.361	-33,33	384.246.904	3,64	377.378.459	-1,79

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2010

LRF, art.4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾	2008	%	2007	%	2006	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	1.454.024.344	100	1.440.816.956	100	1.102.784.257	100
RESERVAS						
RESULTADO ACUMULADO						
TOTAL	1.454.024.344	100	1.440.816.956	100	1.102.784.257	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	39.787.994	100	34.193.544	100	15.213.278	100
RESERVAS						
RESULTADO ACUMULADO						
TOTAL	39.787.994	100	34.193.544	100	15.213.278	100

Fonte: Balanços Patrimoniais Consolidados 2006, 2007 e 2008.

⁽¹⁾ Os valores do Regime Previdenciário estão excluídos do Patrimônio Líquido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II -DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2010

LRF, art.4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007 (b)	2006 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	9.699.451	12.834.472	7.722.219
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	568.970	140.300	190.960
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.130.481	12.694.172	7.531.259
DESPESAS EXECUTADAS	2008 (d)	2007 (e)	2006 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	130.903.052	253.818.062	173.412.340
DESPESAS DE CAPITAL	130.903.052	253.818.062	173.412.340
INVESTIMENTOS	80.895.861	187.149.725	121.344.825
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.007.191	66.668.337	52.067.515
DESP. CORRENTES DO REG. PREVIDÊNCIA			
REG. PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	-		
SALDO FINANCEIRO	2008 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2007 (h) = ((Ib - ILe) + IIIi)	2006 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	-527.877.312	-406.673.711	-165.690.121

Fonte: SDO-GIT/SMF

Nota: O saldo financeiro do exercício demonstra que a receita derivada da alienação de bens e direitos é integralmente aplicada nas despesas de capital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial DO RPPS

2010

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Porto Alegre é gerido pelo Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA, entidade autárquica, de acordo com os dispositivos estabelecidos pela Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, possui dois regimes financeiros: o de repartição simples e o de capitalização. O primeiro se aplica aos beneficiários de aposentadorias e pensões deixadas pelos aposentados na edição desta Lei, e aos atuais servidores ativos que tenham ingressado no Município, em cargo de provimento efetivo, anteriormente a 10 de setembro de 2001. O segundo é aplicável aos servidores que ingressaram em cargo de provimento efetivo no Município a partir de 10 de setembro de 2001.

As contribuições ao RPPS obedecem ao estabelecido na legislação em vigor, sendo que o servidor contribui com 11% (onze por cento) de sua remuneração e 22% (vinte e dois por cento) são de responsabilidade do Município, totalizando 33% (trinta e três por cento) da folha de pagamento mensal dos servidores ativos. Na folha de pagamento de aposentados a proporção é a mesma, porém há isenção até o limite de R\$ 3.218,90 (três mil, duzentos e dezoito reais e noventa centavos), fato que se repete no caso da folha de pensionistas, porém no caso destes inexistente contribuição patronal.

Estão implantados pelo PREVIMPA os seguintes benefícios previdenciários: aposentadoria, pensão por morte, salário-família, auxílio-reclusão, auxílio-doença e salário-maternidade.

No regime de Repartição Simples, onde as contribuições previdenciárias devem cobrir o pagamento dos benefícios previdenciários devidos ao grupo de servidores admitidos antes de 10 de setembro 2001, os recursos arrecadados ainda são insuficientes para a cobertura da folha de pagamento mensal, sendo necessário o repasse de recursos, pelo Município, na ordem de, aproximadamente, 33% (trinta e três por cento) do total da folha de pagamento, a título de cobertura do déficit atuarial (cerca de R\$ 10 milhões mensais). Para amenizar o futuro déficit, o PREVIMPA vem constituindo uma reserva instituída pelo art. 3º da Lei Complementar nº 505/04, cujo saldo montava, em 30 de junho de 2009, cerca de R\$ 4.650.000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil reais).

A Compensação Financeira Previdenciária - COMPREV, constitui-se dos valores devolvidos pelo INSS referentes às contribuições dos servidores aposentados pelo Município, que contribuíram para o Regime Geral antes de ingressarem no serviço público municipal. O PREVIMPA tem hoje

uma receita mensal em torno de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) com a compensação previdenciária com o Regime Geral.

Por outro lado, o Regime de Capitalização, que abarca os servidores admitidos a partir de 10 de setembro de 2001, tem por finalidade criar um fundo financeiro que deverá, na medida das necessidades, pagar os benefícios previdenciários futuros. Para essa reserva de capital, o cálculo atuarial projeta uma situação de equilíbrio financeiro entre o que será arrecadado e o que deverá ser pago aos beneficiários. O desafio da capitalização é superar a meta prevista no cálculo atuarial, isto é, índice de inflação mais taxa de juro de 6% (seis por cento) ao ano, o que tem sido um grande desafio frente à atual queda na taxa básica de juros. O Regime de Capitalização tem hoje acumulado algo em torno de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ANOS 2008 - 2007 - 2006

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2008	2007	2006
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)	111.492.324,97	126.437.238,59	90.485.823,28
RECEITAS CORRENTES	111.492.324,97	126.437.238,59	90.485.823,28
Receitas de Contribuições	92.353.318,02	85.958.998,11	84.247.070,00
Pessoal Civil	92.353.318,02	85.958.998,11	84.247.070,00
Receita Patrimonial	12.569.051,69	5.021.455,25	6.205.577,54
Transferências Correntes	-	46.442,32	4.809,15
Receita de Serviços	1.395,01	-	-
Outras Receitas Correntes	6.568.560,25	35.410.342,91	28.366,59
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	6.371.191,49	7.703.631,32	28.366,59
Outras Receitas Correntes	197.368,76	27.706.711,59	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	179.903.207,87	167.139.206,89	-
RECEITAS CORRENTES	179.903.207,87	167.139.206,89	-
Receitas de Contribuições	179.903.207,87	167.056.903,08	-
Pessoal Civil	179.903.207,87	167.056.903,08	-
Outras Receitas Correntes	-	82.303,81	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	149.722.854,82	120.971.010,00	280.268.708,29
OUTROS APORTES AO RPPS	2.930.198,20	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	444.048.585,86	414.547.455,48	370.754.531,57
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2008	2007	2006
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)	6.817.914,60	6.193.492,40	5.652.512,99
ADMINISTRAÇÃO	6.817.914,60	6.193.492,40	5.652.512,99
Despesas Correntes	6.791.753,26	6.131.989,90	5.553.744,11
Despesas de Capital	26.161,34	61.502,50	98.768,88
PREVIDÊNCIA SOCIAL	405.660.000,27	371.736.943,60	340.695.835,12
Pessoal Civil	402.411.176,91	366.953.628,74	338.546.688,35
Outras Despesas Previdenciárias	3.248.823,36	4.783.314,86	2.149.146,77
Compensação Previdenciárias do RGPS para o RPPS	21.883,95	11.442,22	40.000,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.226.939,41	4.771.872,64	2.109.146,77
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	780.948,40	-	-
ADMINISTRAÇÃO	780.948,40	-	-
Despesas Correntes	780.948,40	-	-
RESERVA DO RPPS	22.273.742,00	17.531.664,00	13.136.580,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	413.258.863,27	377.930.436,00	346.348.348,11
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	30.789.722,59	36.617.019,48	24.406.183,46
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	121.971.951,82	91.120.637,79	58.299.687,94

FONTE: Relatório de encerramento de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
GRUPO DE REPARTIÇÃO SIMPLES
2010

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIARIAS	RESULTADO PREVIDENCIARIO
		Valor (b)	Valor (c)	(d) = (a + b - c)
2007	129.016.739,70	64.508.369,85	352.572.866,35	(159.047.756,80)
2008	143.791.752,34	71.898.033,07	447.394.015,44	(231.704.230,03)
2009	137.501.167,24	68.752.646,16	465.188.785,03	(258.934.971,64)
2010	130.388.435,17	65.196.173,43	483.960.814,28	(288.376.205,68)
2011	119.980.884,55	59.992.242,01	511.405.045,48	(331.431.918,93)
2012	109.511.554,76	54.757.420,07	539.572.600,24	(375.303.625,42)
2013	101.142.901,03	50.572.967,67	559.844.629,08	(408.128.760,38)
2014	92.366.684,88	46.184.727,96	580.368.926,07	(441.817.513,22)
2015	83.051.722,04	41.527.106,81	602.559.622,86	(477.980.794,01)
2016	73.701.176,96	36.851.694,01	623.240.184,63	(512.687.313,66)
2017	64.826.046,85	32.413.995,82	642.418.077,67	(545.178.035,00)
2018	57.459.980,57	28.730.852,20	655.910.158,23	(569.719.325,46)
2019	49.569.384,97	24.785.436,03	671.014.091,35	(596.659.270,35)
2020	39.576.164,85	19.788.676,08	692.223.840,35	(632.858.999,42)
2021	33.240.354,83	16.620.676,03	700.859.829,05	(650.998.798,19)
2022	29.045.927,53	14.523.399,46	701.877.574,35	(658.308.247,36)
2023	25.117.490,60	12.559.122,07	701.638.335,67	(663.961.723,00)
2024	21.938.991,56	10.969.824,87	698.514.188,87	(665.605.372,44)
2025	19.094.914,79	9.547.743,82	693.941.383,07	(665.298.724,46)
2026	16.697.806,45	8.349.153,70	687.297.669,62	(662.250.709,47)
2027	14.498.318,90	7.249.376,93	679.532.625,23	(657.784.929,40)
2028	12.658.447,14	6.329.413,45	670.019.247,56	(651.031.386,97)
2029	11.332.990,40	5.666.665,19	658.359.278,72	(641.359.623,13)
2030	10.310.862,90	5.155.586,11	645.121.400,29	(629.654.951,27)
2031	9.565.618,70	4.782.952,84	630.539.837,36	(616.191.265,82)
2032	8.928.230,39	4.464.249,12	615.075.522,26	(601.683.042,76)
2033	8.297.688,09	4.148.968,51	599.095.761,97	(586.649.105,38)
2034	7.882.235,30	3.941.235,88	581.744.430,47	(569.920.959,29)
2035	7.518.564,23	3.759.394,90	563.697.031,99	(552.419.072,85)
2036	7.165.107,52	3.582.661,24	544.997.232,83	(534.249.464,07)
2037	6.813.073,02	3.406.638,71	525.750.556,36	(515.530.844,64)
2038	6.461.023,37	3.230.608,60	506.026.047,04	(496.334.415,07)
2039	6.139.606,28	3.069.895,23	485.742.693,47	(476.533.191,96)
2040	5.795.315,53	2.897.744,70	465.157.514,63	(456.464.454,40)
2041	5.452.741,52	2.726.452,55	444.162.693,74	(435.983.499,67)
2042	5.119.288,51	2.559.721,05	422.822.712,74	(415.143.703,18)
2043	4.784.156,98	2.392.150,25	401.317.505,76	(394.141.198,52)
2044	4.449.459,88	2.224.796,68	379.701.181,49	(373.026.924,93)

Fonte: Avaliação Atuarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
GRUPO CAPITALIZAÇÃO
2010

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIARIAS	RESULTADO PREVIDENCIARIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e) = ("e" Exerc. Anterior) + (d)
		Valor (b)	Valor (c)	(d) = (a + b - c)	
2007	12.817.127,78	6.408.563,89	102.932,28	19.122.759,39	67.755.370,02
2008	19.187.440,49	9.594.008,06	331.805,99	28.449.642,56	96.205.012,58
2009	20.612.033,69	10.306.326,03	498.918,58	30.419.441,14	126.624.453,72
2010	22.442.715,34	11.221.694,31	688.083,31	32.976.326,34	159.600.780,05
2011	26.062.060,38	13.031.421,13	906.263,86	38.187.217,65	197.787.997,71
2012	29.565.732,49	14.783.309,74	1.183.353,61	43.165.688,62	240.953.686,33
2013	32.518.500,40	16.259.737,98	1.525.501,40	47.252.736,98	288.206.423,32
2014	35.914.649,83	17.957.863,64	2.302.285,22	51.570.228,25	339.776.651,57
2015	39.302.285,63	19.651.732,36	3.321.664,51	55.632.353,48	395.409.005,05
2016	42.560.507,78	21.280.892,30	5.223.295,52	58.618.104,56	454.027.109,61
2017	45.822.643,10	22.912.008,90	6.470.321,77	62.264.330,23	516.291.439,84
2018	49.152.967,69	24.577.221,14	7.866.161,33	65.864.027,50	582.155.467,34
2019	52.772.705,51	26.387.144,35	8.988.532,03	70.171.317,84	652.326.785,18
2020	57.616.681,44	28.809.204,98	10.163.655,81	76.262.230,61	728.589.015,79
2021	61.098.457,35	30.550.145,16	11.775.274,83	79.873.327,68	808.462.343,47
2022	62.566.564,72	31.284.220,87	23.094.248,32	70.756.537,26	879.218.880,73
2023	64.700.231,79	32.351.086,41	29.920.170,09	67.131.148,11	946.350.028,84
2024	67.650.273,07	33.826.151,30	32.103.492,62	69.372.931,75	1.015.722.960,59
2025	70.615.262,98	35.308.690,73	33.974.028,13	71.949.925,58	1.087.672.886,17
2026	73.251.885,30	36.627.041,44	36.432.675,21	73.446.251,53	1.161.119.137,70
2027	75.535.217,52	37.768.741,80	39.254.387,84	74.049.571,48	1.235.168.709,18
2028	77.949.906,03	38.976.122,27	41.209.463,09	75.716.565,21	1.310.885.274,39
2029	80.141.125,19	40.071.764,73	43.257.365,06	76.955.524,86	1.387.840.799,25
2030	82.242.192,31	41.122.329,80	45.750.628,61	77.613.893,50	1.465.454.692,76
2031	84.355.884,30	42.179.207,50	47.874.315,11	78.660.776,70	1.544.115.469,45
2032	86.317.018,88	43.159.804,21	49.931.805,33	79.545.017,76	1.623.660.487,22
2033	86.189.406,37	43.095.996,04	62.167.242,32	67.118.160,09	1.690.778.647,30
2034	86.960.167,18	43.481.388,01	68.723.793,47	61.717.761,72	1.752.496.409,03
2035	87.723.303,87	43.862.967,80	75.024.772,17	56.561.499,50	1.809.057.908,53
2036	88.010.155,32	44.006.397,82	83.750.934,46	48.265.618,67	1.857.323.527,20
2037	87.852.483,94	43.927.559,77	94.778.204,42	37.001.839,29	1.894.325.366,50
2038	85.938.475,01	42.970.526,60	114.832.552,17	14.076.449,44	1.908.401.815,94
2039	85.682.043,78	42.842.307,13	125.719.742,83	2.804.608,08	1.911.206.424,02
2040	84.662.903,89	42.332.721,90	140.488.322,02	(13.492.696,23)	1.897.713.727,79
2041	82.685.437,08	41.343.958,83	160.073.289,94	(36.043.894,02)	1.861.669.833,77
2042	80.946.963,30	40.474.695,87	177.932.625,22	(56.510.966,05)	1.805.158.867,72
2043	77.721.281,32	38.861.806,49	203.496.512,96	(86.913.425,15)	1.718.245.442,58
2044	75.056.395,34	37.529.323,53	225.310.900,29	(112.725.181,43)	1.605.520.261,15

Fonte: Avaliação Atuarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2010

As normas sobre renúncia de receita obedecerão ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores.

Segundo o artigo supra, a renúncia de receita, que consiste na “concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, compreendendo anistia, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não-geral, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”, fica condicionada aos seguintes pré-requisitos:

- a) estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- b) atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) atender pelo menos uma das seguintes condições:
 - I) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - II) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS
ANEXO II – DE METSA FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO
2010

Em conformidade com o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

As despesas obrigatórias de caráter continuado adequar-se-ão às receitas do Município.

Reitera-se, assim, o objetivo desta Administração de não assumir despesas sem a indispensável cobertura orçamentária, quer seja pelo aumento permanente da receita, quer seja pela redução permanente da despesa.

Na hipótese do surgimento de despesas obrigatórias de caráter continuado no decurso do exercício econômico-financeiro de 2010, serão observados os regramentos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e alterações posteriores, principalmente no que diz respeito aos arts. 16 e 17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2010

METODOLOGIA DO CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO

(LC 101/2000, Art. 5º, inciso I e Portaria n.º 441/2003 da STN)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	2.933.607.734	3.338.300.699	3.496.730.901	3.640.212.884
RECEITA TRIBUTÁRIA	960.996.785	1.129.559.270	1.172.891.250	1.221.364.384
IPTU	237.279.730	273.422.645	271.940.531	281.226.995
ISS	394.346.695	484.184.056	497.516.832	521.949.065
ITBI	134.979.711	156.750.344	173.397.874	178.883.691
IRRF	115.282.064	125.905.697	134.598.295	141.619.000
Taxas	79.108.585	89.296.528	95.437.718	97.685.632
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	117.534.267	126.881.501	132.436.507	138.193.545
Contribuições Sociais	95.210.442	103.309.207	107.827.032	112.518.480
Outras Contribuições	22.323.825	23.572.294	24.609.475	25.675.065
RECEITA PATRIMONIAL LIQUIDA	22.660.085	19.341.882	20.879.268	22.585.170
Receita Patrimonial	34.683.851	47.671.098	51.006.130	54.660.509
(-) Receita de Aplicações Financeiras	(12.023.766)	(28.329.217)	(30.126.862)	(32.075.339)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.139.399.052	1.327.098.999	1.379.734.203	1.433.676.058
FPM	121.426.909	163.291.885	172.465.621	177.868.180
ICMS	428.135.513	506.513.746	515.479.139	526.515.550
Outras Transferências Correntes	589.836.630	657.293.368	691.789.443	729.292.328
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	506.769.559	532.700.331	579.205.549	603.604.026
Dívida Ativa	83.112.632	51.582.698	60.799.004	63.447.703
Diversas Receitas Correntes	423.656.927	481.117.633	518.406.545	540.156.323
RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA	186.247.986	202.718.716	211.584.125	220.789.702
RECEITAS DE CAPITAL (II)	127.456.769	111.496.903	124.569.999	99.309.340
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III)	123.014.695	101.352.041	113.903.565	92.881.318
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	1.143.902	1.959.677	2.129.777	2.319.983
ALIENAÇÃO DE BENS (V)	3.168.172	3.472.416	3.772.538	4.108.038
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000	4.712.769	4.764.119	-
Transferências de Convênios	-	4.712.769	4.764.119	-
Outras Transferências de Capital	130.000	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	0	0
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	130.000	4.712.769	4.764.119	-
RECEITAS FISCAIS (VII) = (I + VI)	2.933.737.734	3.343.013.468	3.501.495.020	3.640.212.884
DESPESA CORRENTE (VIII)	2.601.478.698	2.972.727.861	3.097.250.223	3.137.947.016
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.061.480.031	1.176.028.447	1.220.673.698	1.273.528.869
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	47.006.769	61.324.486	71.381.700	73.967.361
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.492.991.898	1.735.374.928	1.805.194.825	1.790.450.786
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	2.554.471.929	2.911.403.375	3.025.868.523	3.063.979.655
DESPESA DE CAPITAL (XI)	421.154.641	432.386.323	436.449.148	499.747.448
INVESTIMENTOS	327.996.821	341.215.850	348.880.406	313.942.412
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000	17.378.310	31.033.010	30.688.680
Concessões de Empréstimos (XII)	-	-	-	-
Aquisição de Títulos de Capital já Integralizados (XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	10.000	17.378.310	31.033.010	30.688.680
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	93.147.820	73.792.163	56.535.732	155.116.356
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	328.006.821	358.594.160	379.913.416	344.631.092
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.018.716	14.872.415	35.000.000	55.000.000
RESERVA DO RPPS (XVII)	22.436.214	58.140.220	60.698.390	63.326.630
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	2.932.933.680	3.343.010.170	3.501.480.329	3.526.937.377
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	804.054	3.298	14.691	113.275.507

Nota: Não inclui Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2010	2011	2012
Saneamento	161.522.070	87.466.381	26.423.505
Habitação	5.708.812	12.051.937	362.464
Total	167.230.883	99.518.318	26.785.969

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II -DE RISCOS FISCAIS
2010

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Especificação	2010	2011	2012
	R\$1,00		
Dívida Consolidada (I)	784.417.184	929.046.904	985.078.459
Deduções (II)	397.700.000	544.800.000	607.700.000
Disponível	430.000.000	560.800.000	610.000.000
Haveres Financeiros	25.700.000	49.000.000	65.700.000
(-)Restos a Pagar Processado	58.000.000	65.000.000	68.000.000
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	386.717.184	384.246.904	377.378.459
Resultado Nominal	47.735.104	-2.470.280	-6.868.445

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES
2010

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
Ano	2007	2008*	2009*	2010*	2011*	2012*
IPCA - Média Projetada (%)	4,46	4,82	4,37	4,31	4,40	4,43
Índice Ano	1,0446	1,0482	1,0000	1,0431	1,044	1,0443
Índice Acumulado	1,0590	1,0949	1,0000	1,0431	1,0890	1,1372
Operação Valor Corrente	x	x	/	/	/	/

PROJEÇÃO IPCA 2009 A 2013

Índices de Preços -> IPCA -> Média -> Anual 01/04/2009 - 01/05/2009 para 2009 -				
Dia	2010	2011	2012	2013
1/4/2009	4,34	4,40	4,33	4,31
2/4/2009	4,33	4,40	4,33	4,31
3/4/2009	4,33	4,40	4,32	4,30
6/4/2009	4,32	4,40	4,33	4,28
7/4/2009	4,32	4,40	4,33	4,28
8/4/2009	4,31	4,40	4,33	4,28
9/4/2009	4,31	4,40	4,32	4,28
13/4/2009	4,32	4,40	4,33	4,29
14/4/2009	4,32	4,40	4,33	4,29
15/4/2009	4,32	4,40	4,33	4,29
16/4/2009	4,31	4,40	4,33	4,29
17/4/2009	4,29	4,40	4,32	4,28
20/4/2009	4,28	4,39	4,32	4,27
22/4/2009	4,27	4,39	4,32	4,27
23/4/2009	4,26	4,39	4,32	4,28
24/4/2009	4,26	4,39	4,32	4,27
27/4/2009	4,27	4,39	4,32	4,27
28/4/2009	4,27	4,39	4,32	4,27
29/4/2009	4,26	4,39	4,32	4,27
30/4/2009	4,26	4,39	4,32	4,27
Nº Argumentos	20	20	20	20
Média*	4,31	4,40	4,33	4,29

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: O Banco Central realiza uma pesquisa de mercado junto a cinquenta grandes empresas, calcula a média e publica com atualização semanal. A projeção é baseada na média das expectativas destas empresas.
 * Média do período de 1º/04 a 1º/05 de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2010

Art. 12 da LC nº 101/2000

R\$ 1,00

Receitas	Realizada 2008	Estimada 2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	2.863.979.251	3.086.717.803	3.336.351.673	3.492.569.777	3.633.511.593
Receita Tributária	945.671.845	1.007.116.850	1.129.559.270	1.172.891.250	1.221.364.384
IPTU	242.748.390	243.311.793	273.422.645	271.940.531	281.226.995
IRRF	112.095.642	123.990.065	125.905.697	134.598.295	141.619.000
ITBI	125.996.894	159.979.712	156.750.344	173.397.874	178.883.691
ISS	382.864.481	397.996.694	484.184.056	497.516.832	521.949.065
TAXAS	81.966.438	81.838.586	89.296.528	95.437.718	97.685.632
Receita de Contribuições	114.160.563	118.911.156	126.881.501	132.436.507	138.193.545
Receita Patrimonial	56.749.468	30.366.097	47.671.098	51.006.130	54.660.509
Receita Agropecuária	529	253	570	620	675
Receita de Serviços	336.666.770	361.784.397	380.363.091	396.521.028	413.382.328
Transferências Correntes	1.265.248.122	1.365.088.796	1.499.539.473	1.557.030.342	1.615.689.129
Transferências da União	547.354.912	565.335.733	655.398.925	686.542.564	714.574.187
FPM	133.773.590	121.426.909	163.291.885	172.465.621	177.868.180
SUS	375.556.883	421.552.929	470.282.157	490.975.010	512.234.343
Outras Transferência da União	38.024.439	22.355.895	21.824.883	23.101.934	24.471.664
Transferências do Estado	583.482.768	648.375.116	697.846.751	712.639.136	730.452.244
ICMS	438.118.354	451.995.513	506.513.746	515.479.139	526.515.550
IPVA	123.975.917	166.001.793	174.214.578	179.336.403	185.352.579
Outras Transferências do Estado	21.388.497	30.377.810	17.118.427	17.823.593	18.584.115
Transferências Multigovernamentais	107.033.752	111.997.142	119.598.062	129.979.174	141.587.354
Demais Transferências	27.376.690	39.380.805	26.695.735	27.869.468	29.075.344
Outras Receitas Correntes	145.481.954	203.450.254	152.336.670	182.683.901	190.221.024
Receita de Capital	36.820.334	127.346.770	278.727.786	224.088.317	126.095.309
Operações de Crédito	25.560.784	123.014.596	268.582.924	213.421.883	119.667.287
Alienação de Bens	9.699.451	3.188.272	3.472.416	3.772.538	4.108.038
Amortizações de Empréstimos	1.560.099	1.143.902	1.959.677	2.129.777	2.319.983
Outras Receitas de Capital	-	-	4.712.769	4.764.119	-
Receitas Correntes Intraorçamentárias	179.923.670	186.260.486	202.718.716	211.584.125	220.789.702
(-) Deduções Receita Corrente	123.745.134	152.468.892	172.440.474	177.296.139	182.013.071
RECEITA TOTAL	2.956.978.121	3.247.856.167	3.645.357.702	3.750.946.080	3.798.383.532

Nota: As principais fontes de receitas foram calculadas com base na reestimativa de receita de 2009, acrescida da média do IPCA e da mediana do Produto Interno Bruto - PIB.

DEMOSNTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
2010

	R\$ 1,00
I - RECEITAS CORRENTES	3.336.351.673
II - DEDUÇÕES	282.756.055
Contribuição Plano Seg. Social Servidor	103.309.207
Compensação Previdenciária entre RGPS e os RPPS	7.006.374
(-) Dedução da Receita de Transferência Corrente	172.440.474
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.053.595.618

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III – DE RISCOS FISCAIS
2010

LRF, art. 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS
1 – Não-Realização das Receitas Previstas; 2 – Flutuações Cambiais; 3 – Demandas Imprevisíveis; 4 – Ações Judiciais; 5 – Recrudescimento da Inflação; 6 – Ajustes de estimativas em Função de Oscilações da Conjuntura Econômica; e 7 – Requisição de Pequeno Valor – RPV.

PROVIDÊNCIAS
1 – Consignação na Lei Orçamentária de 2010 de dotação para Reserva de Contingência 2 – Contingenciamento de dotações orçamentárias; e 3 – Renegociação de despesas compulsórias provenientes de despesas decorrentes de contratos, convênios, acordos, etc.

ANEXO IV – AÇÕES E ATRIBUTOS INCLUÍDOS E ALTERADOS NO PLANO PLURIANUAL 2010-2013

LUGAR DE CRIANÇA É NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

Ação: 1298 – ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS, DE LAZER E INCLUSÃO SOCIAL
Descrição: Desenvolvimento de diversas ações nas áreas de atuação da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME, visando a realização de atividades sistemáticas e assistemáticas, por meio de atividades esportivas, recreativas e lazer para crianças, adolescentes e jovens.
Finalidade: Promover políticas públicas, visando ao desenvolvimento de maior qualidade de vida e inserção social mediante apoio de atividades nas áreas de esporte, recreação e lazer, para crianças, adolescentes e jovens.
Produto: Crianças, adolescentes e jovens atendidos
Unidade de Medida: Número de atendimentos

	2010	2011	2012	2013
Metas:	400.000	440.000	484.000	530.400

Ação: 1309 – ATIVIDADES RECREATIVAS PARA CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS
Descrição: Atender crianças de 2 a 6 anos por meio de atividades recreativas realizadas em parceria com as comunidades, bem como proporcionar cursos e oficinas de instrumentalização para os adultos envolvidos com a recreação, visando sua qualificação e atitudes referentes ao brincar.
Finalidade: Contribuir para o desenvolvimento de crianças de 2 a 6 anos por meio de atividades recreativas que priorizam a relação corporal com a criança, em um espaço protegido e seguro, bem como proporcionar à comunidade em geral o acesso à formação de educadores na área da educação infantil e recreação.
Produto: Crianças de 2 a 6 anos atendidas
Unidade de Medida: Número de crianças atendidas

	2010	2011	2012	2013
Metas:	2.500	2.600	2.700	2.800

Ação: 1553 – ESTRATÉGIA SAÚDE ESCOLAR
Descrição: Conjunto articulado de ações de promoção em saúde, de proteção específica dos agravos prioritários em saúde e de recuperação da saúde diante dos problemas situacionais, dirigido à criança, ao adolescente e a seus respectivos adultos cuidadores.
Finalidade: Realizar a promoção da saúde por meio da educação e participação das equipes, famílias e comunidade escolar.
Produto: Pessoas envolvidas em ações de promoção e prevenção à saúde.
Unidade de Medida: Número de pessoas

	2010	2011	2012	2013
Metas:	110.000	120.000	130.000	140.000

Ação: 1338 – PROJETO INTEGRADO DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Descrição: O Projeto Integrado de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de risco social dos municípios da Grande Porto Alegre consiste em uma proposta inovadora de articulação dos municípios que integram a GRANPAL – Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre.
Finalidade: Fortalecimento das redes municipais de atendimento à criança e ao adolescente e famílias; articulação dos municípios que integram a Região Metropolitana de Porto Alegre.
Produto: Pessoas atendidas no projeto Rede de Proteção GRANPAL
Unidade de Medida: Número de pessoas

	2010	2011	2012	2013
Metas:	25.000	30.000	35.000	40.000

PORTO DA INCLUSÃO

Ação: 1429 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA JUDICIAL
Descrição: Acompanhamento das etapas para regularização fundiária de loteamentos irregulares e clandestinos, isto é, em glebas em que houve parcelamento de solo em área privada, com venda de lotes sem prévia aprovação de projetos junto ao Município.
Finalidade: Inserção da cidade informal na cidade formal, por meio da regularização fundiária, dando segurança jurídica em relação à propriedade e possibilitando às comunidades o acesso à infraestrutura básica.

Produto: Lotes encaminhados para registro
Unidade de Medida: Número de lotes

	2010	2011	2012	2013
Metas:	700	700	700	700

PORTO DO FUTURO

Justificativa: Porto Alegre precisa ordenar seu crescimento, promovendo desenvolvimento urbano, sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.
Objetivo: Desenvolver um conjunto de regulamentações, projetos e ações para produzir a Cidade das próximas décadas, com políticas direcionadas para cada território e de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.
Público-Alvo: População em geral
Indicador (es): Documentos de regulamentação finalizados
Unidade de Medida: Número acumulado de documentos
Índice recente: 10
Índice desejado: 55

CÂMARA MUNICIPAL

Ação: **CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES, REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES**
Descrição: Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções, Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
Finalidade: Destinar os recursos necessários para a Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções, Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
Produto: Ação administrativa
Unidade de Medida: Percentual

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	100	100	100

ANEXO V

AÇÕES INDICATIVAS INCLUÍDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010 E NO ANEXO III DO PLANO PLURIANUAL 2010-2013

I – Programa A Receita é Saúde:

a) **Ação:** Assistência em Saúde Básica.

Descrição: Implementação de posto de saúde destinado a atender a população indígena na Lomba do Pinheiro.

Finalidade: Oferecer alternativa de atendimento em saúde básica aos indígenas na Lomba do Pinheiro.

Produto: Posto de saúde.

Unidade de Medida: Número de postos de saúde.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	1	0	0	0

b) **Ação:** Centro de Preservação de Equídeos.

Descrição: Destinação de local apropriado para receber equídeos recolhidos em conformidade com o Programa de Redução Gradativa dos Veículos de Tração Animal.

Finalidade: Preservar a saúde e o bem estar dos cavalos apreendidos por maus tratos, em conformidade com a Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, e com o Decreto nº 16.420, de 27 de agosto 2009, bem como valorizar a memória e a cultura gaúcha.

Produto: Animais abrigados.

Unidade de Medida: Número acumulado de animais abrigados.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	150	200	250

c) **Ação:** Unidade Básica de Saúde Santa Rosa.

Descrição: Ampliação do número de médicos clínicos gerais.

Finalidade: Ampliar o atendimento básico à comunidade da Vila Santa Rosa.

Produto: Médico clínico geral.

Unidade de Medida: Número de médicos clínicos gerais.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	1	2	0	0

d) **Ação:** Programa de Saúde da Família Asa Branca.

Descrição: Inclusão de cirurgião-dentista na equipe de saúde da família.

Finalidade: Possibilitar o atendimento em saúde bucal.

Produto: Cirurgião-dentista.

Unidade de Medida: Número de cirurgiões-dentistas.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	1	0	0	0

II – Programa Cidade Integrada:

a) **Ação:** Sistema de Drenagem no Acampamento Farroupilha.

Descrição: Instalação de um sistema de drenagem permanente na área do Acampamento Farroupilha, localizada no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho.

Finalidade: Implantar sistema de drenagem a fim de evitar o alagamento provocado pelas chuvas frequentes durante o período de funcionamento do Acampamento Farroupilha, que acontece anualmente no mês de setembro.

Produto: Sistema de drenagem implantado.

Unidade de Medida: Percentual.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	0	0	0

III – Programa Lugar de Criança é na Família e na Escola:

a) **Ação:** Fomento à Formação de Grupos de Escoteiros e Bandeirantes.

Descrição: Realização de atividades baseadas nos valores de liberdade, responsabilidade, solidariedade e criatividade, ajudando os escoteiros e as bandeirantes a desenvolverem seu potencial máximo como pessoas e cidadãos.

Finalidade: Conscientizar crianças e adolescentes acerca do seu papel de cidadãos, responsáveis pelo bom desempenho da sociedade em que estão inseridos, e auxiliar na formação do caráter dos jovens atendidos por meio do aprendizado coletivo, criando uma percepção de pertencer à comunidade, de exercício da cidadania e uma visão solidária para com os semelhantes.

Produto: Jovens capacitados.

Unidade de Medida: Número de jovens atendidos.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	1.000	1.000	1.000	1.000

IV – Programa Porto da Inclusão:

a) **Ação:** Escola de Teatro Popular - Ói Nóis Aqui Traveiz.

Descrição: Destinação de recurso para a construção da Escola de Teatro Popular do Grupo Ói Nóis Aqui Traveiz.

Finalidade: Construir a Escola de Teatro Popular.

Produto: Escola de Teatro Popular construída.

Unidade de Medida: Percentual acumulado.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	25	50	75	100

b) **Ação:** Incentivo às Bibliotecas Comunitárias.

Descrição: Destinação de recursos materiais e humanos à manutenção e criação de bibliotecas comunitárias.

Finalidade: Manter e criar bibliotecas comunitárias.

Produto: Bibliotecas comunitárias.

Unidade de Medida: Número de bibliotecas comunitárias implementadas.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	5	10	10	5

c) **Ação:** Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana.

Descrição: Início do Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana.

Finalidade: Efetuar o cadastramento dos condutores de carroças e, a partir disto, realizar estudos para identificar a necessidade do aumento de galpões de reciclagem, como medida alternativa de renda.

Produto: Estudo concluído.

Unidade de Medida: Percentual acumulado do estudo.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	0	0	0

d) **Ação:** Semana Municipal do Hip Hop.

Descrição: Realização de eventos e de oficinas descentralizadas (nas regiões).

Finalidade: Promover as políticas de educação, esporte e cultura.

Produto: Eventos realizados.

Unidade de Medida: Número de eventos realizados.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	1	1	1	1

V – Programa Transforma Porto Alegre:

a) **Ação:** Mapeamento do Arquipélago.

Descrição: Mapeamento das áreas habitáveis e de risco e o cadastramento das famílias habitantes nas Ilhas das Flores, do Pavão, da Pintada e dos Marinheiros.

Finalidade: Mapeamento das áreas de risco das Ilhas das Flores, do Pavão, da Pintada e dos Marinheiros, e o cadastramento das famílias.

Produto: Arquipélago mapeado.

Unidade de Medida: Percentual.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	0	0	0

b) **Ação:** Pesquisa dos Sistemas Produtivos do Arquipélago.

Descrição: Pesquisa com vista a adequar os sistemas produtivos e novos sistemas das Ilhas das Flores, do Pavão, da Pintada e dos Marinheiros.

Finalidade: Melhorar as condições de vida e de trabalho da população local a partir das bases estabelecidas para o Plano de Manejo da APA.

Produto: Sistemas produtivos do Arquipélago pesquisado.

Unidade de Medida: Percentual.

	2010	2011	2012	2013
Metas:	100	0	0	0